



CRENÇAS SOBRE A VIOLÊNCIA CONJUGAL: A INFLUÊNCIA DE UM PLANO DE FORMAÇÃO NOS JOVENS

**Fernandes, Maria Isabel Domingues¹, Caetano, Ana Bela Jesus Roldão¹,
Almeida, Cristiana Salomé Valença², Figueiredo, Ângela Maria Sousa²**

Professora na Escola Superior de Enfermagem de Coimbra
Estudantes do 4º ano do Curso de Licenciatura em
Enfermagem na Escola Superior de Enfermagem de Coimbra

RESUMO

O estudo enquadra-se no projecto (O)Usar & Ser Laço Branco que procura informar, sensibilizar e educar jovens, através dos seus pares, para prevenirem e combaterem a violência nas relações de intimidade, especificamente na relação de namoro. O processo é sustentado nas metodologias de Paulo Freire e educação por pares com ênfase na participação activa e no empowerment dos jovens.

O projecto inclui um plano de formação dos estudantes, em que no início e no final deste é feita uma avaliação das suas crenças sobre a violência conjugal. Este é um dos aspectos em investigação e com ele pretendemos conhecer as crenças dos/as jovens face à violência conjugal e compreender a influência do processo formativo na tolerância e/ou aceitação desta violência.

É um estudo descritivo com uma amostragem não probabilística entre os estudantes da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, em que se utilizou na recolha de dados a escala de Crenças sobre Violência Conjugal.

São estudantes predominantemente do sexo feminino com uma média de idades de 22 anos. No 1º momento foram identificadas um conjunto de crenças que legitimam, normalizam e banalizam a violência conjugal. Evidenciou-se que o grau de tolerância e/ou aceitação dos estudantes quanto à violência conjugal é baixo, por outro lado há uma elevada aceitação no factor “Banalização da pequena violência”.

Palavras-chave: Crenças; violência conjugal; educação por pares; enfermagem.

ABSTRACT

The study is part of the **(O)Usar & Ser Laço Branco** (White Ribbon) project which aims to inform and educate young people through their peers so as to prevent and fight against violence in intimate relationships, specifically dating relationships. The process is based on the methodologies of Paulo Freire and peer education with an emphasis on the active participation and empowerment of youngsters



CRENÇAS SOBRE A VIOLÊNCIA CONJUGAL: A INFLUÊNCIA DE UM PLANO DE FORMAÇÃO NOS JOVENS

The project includes a training plan for students which began and ended with the assessment of the beliefs about marital violence. This is one of the topics under research through which we intend to understand the beliefs of young people about marital violence and the influence of the training process in the tolerance/acceptance of this type of violence.

This descriptive study used a non-probability sample of students from the Nursing School of Coimbra and the data-gathering instrument used was the Scale of Beliefs about Marital Violence

The majority of the students were female with a mean age of 22 years. In the 1st phase, a set of beliefs which legitimate, normalize and trivialize marital violence was identified. We verified that the degree of tolerance/acceptance of students concerning marital violence is low. On the other hand, a high acceptance level was registered in the factor "Trivialization of minor violence".

Keywords: Beliefs; marital violence; peer education; nursing.

INTRODUÇÃO

A avaliação das crenças dos estudantes de enfermagem integra-se como uma das etapas de um projecto em desenvolvimento na Escola Superior de Enfermagem de Coimbra (EEnfC) designado por "**(O)Usar e Ser Laço Branco: Um não à violência entre pares.**" Este projecto assume-se como uma intervenção de pares - homens e mulheres jovens - com vista a prevenir a violência entre eles nas relações de intimidade, especialmente a exercida sobre as mulheres. Com a sua implementação e desenvolvimento pretende-se prestar serviço e trabalhar com a comunidade envolvente, concretamente com Instituições do Ensino Superior e Secundário, desenvolver conhecimento científico relacionado com a educação por pares e com a violência exercida entre parceiros íntimos. Paralelamente pretende-se promover o desenvolvimento de competências transversais dos estudantes da EEnfC, população-alvo do projecto de formação, enquanto educadores e futuros profissionais de enfermagem.

Neste âmbito, com o desenvolvimento do projecto pretende-se contribuir para informar, sensibilizar e educar jovens através dos seus pares (estudantes da EEnfC), para prevenirem e combaterem a violência exercida directamente sobre as mulheres, especialmente no contexto das relações de intimidade, sejam elas conjugais ou equiparadas, presentes ou passadas, procurando responder ao preconizado no III Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica (III PNCVD).

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A violência conjugal, é um tipo de violência contra as mulheres que é exercida por um parceiro íntimo do sexo masculino e que lhes causa um prejuízo ou sofrimento físico, psicológico ou sexual. Pode ser exercida pelo marido, companheiro, ex-marido, ex-companheiro ou outro homem que mantenha ou tenha mantido uma relação de intimidade com a mulher (OMS, 2002). É um tipo de violência considerada hoje como um problema de saúde pública, atendendo à constatação crescente de que a violência de género está associada a um maior risco para a saúde física, mental e sexual, para além do trauma físico directo (d'Oliveira e Schraiber, 1999). A violência contra as mulheres – seja ela física, psicológica ou sexual - constituiu um grande risco para a saúde das pessoas do sexo feminino, situação valorizada no Plano Nacional de Saúde (PNS) (2004–2010: 18) onde se verifica que a violência doméstica está identificada como um dos problemas específicos das mulheres portuguesas e "(...) constitui, pela sua transcendência, um dos problemas mais importantes entre os que afectam a qualidade de vida."

A violência exercida contra as mulheres no contexto das relações íntimas tem sido objecto de crescente atenção social e científica a nível internacional. Em Portugal, na década de 90, começa a verificar-se uma consciencialização sobre a gravidade e dimensão do problema da violência na intimidade, cen-



CONTEXTOS EDUCATIVOS ESCOLARES: FAMILIA, EDUCACIÓN Y DESARROLLO

trando-se a investigação quase exclusivamente na violência marital. Só mais recentemente se alargou a investigação a outros grupos específicos verificando-se que a violência não se circunscrevia às relações conjugais, atingindo níveis preocupantes também nos sectores juvenis, entre outros (Caridade e Machado, 2006).

Na actualidade existe um crescente consenso internacional em incluir os jovens nas iniciativas de prevenção da violência de género, especificamente a exercida por parceiros íntimos. Reconhece-se hoje que é fundamental investir nos jovens (UNICEF, 2002) pois estes têm sido gradualmente reconhecidos como elementos chave para intervenções na área da saúde e um dos mais importantes recursos para a redução da pobreza e promoção do desenvolvimento (United Nations, 2005).

Os jovens, pelas especificidades próprias inerentes à sua fase de desenvolvimento, apresentam oportunidades especiais para intervenções preventivas e de promoção da saúde e têm provado ser um recurso importante na mobilização comunitária para combater problemas na área da saúde e desenvolvimento (UNFPA, 2005).

A informação, sensibilização e educação das populações jovens são considerados factores que podem proporcionar o *empowerment*, ou seja, o fortalecimento de práticas auto-positivas e de protagonismo feminino, essencialmente nas jovens e mulheres mais vulneráveis à violência. Consta-se a necessidade urgente em adoptar medidas que procurem eliminar estereótipos de género e promovam uma cultura de igualdade de oportunidades e de cidadania nas nossas populações.

Uma das estratégias a utilizar será a educação pelos pares que pode servir para integrar as questões das desigualdades de género que colocam as mulheres em situações mais vulneráveis e reduzir o seu impacto ao nível da saúde. Assim, os projectos neste âmbito devem considerar e respeitar certas normas culturais, mas simultaneamente, desenvolver actividades que desafiem as normas e os estereótipos em relação às dinâmicas de género que influenciam o estado de saúde dos indivíduos (Population Council Horizons Project, 1999; Save the Children, 2004).

A **educação pelos pares** pode ser definida como um processo que ocorre durante um período de tempo, através do qual indivíduos bem treinados e motivados, desenvolvem actividades educacionais informais ou organizadas, com o objectivo de desenvolver o conhecimento, atitudes, crenças e competências nos seus pares (iguais) de forma a capacitá-los para protegerem a sua saúde e a das comunidades onde estão inseridos (Dias, 2006). A educação por pares é uma estratégia que coloca a ênfase na participação e no *empowerment* dos jovens (Harden et al., 2001; Turner & Shepherd, 1999), oferecendo a oportunidade de desenvolverem actividades que contribuem para o desenvolvimento pessoal, envolvimento social e acesso a informação e serviços, de forma a protegerem a sua saúde e a da sua comunidade (Delp et al., 2005). Os educadores de pares têm um papel fundamental ao actuar como agentes de mudança à medida que estabelecem contactos formais e informais com os seus pares.

Estes educadores, formados e treinados nas áreas em que vão intervir, poderão constituir uma fonte de informação adequada, sendo que a percepção de credibilidade do educador de pares é um factor essencial para que este processo de educação ocorra e resulte (Turner & Shepherd, 1999).

Os projectos de educação pelos pares, pressupõem a participação dos indivíduos e das comunidades, permitem o desenvolver de um sentimento de responsabilização e partilha em relação ao processo e aos produtos dos projectos. Este factor, é fundamental para a adequação e eficácia dos programas e para uma abordagem no âmbito dos direitos humanos (Save the Children, 2004).

Assim, considera-se que a educação pelos pares tem como objectivo realizar acções que afectam directamente o desenvolvimento da auto-estima, das competências de vida e das capacidades dos indivíduos, mas também acções que influenciem o ambiente físico e as condições socio-económicas, culturais, políticas que têm impacto na saúde, procurando influenciar positivamente a adopção de comportamentos saudáveis (Family Health International, 2003; Turner & Shepherd, 1999). Para o desenvolvimento desta estratégia, no domínio da formação de jovens educadores capazes de intervir junto dos seus pares na prevenção da violência nas relações de intimidade, é necessário partir da avaliação da construção das suas crenças sociais e culturais em torno da problemática da violência conjugal.



CRENÇAS SOBRE A VIOLÊNCIA CONJUGAL: A INFLUÊNCIA DE UM PLANO DE FORMAÇÃO NOS JOVENS

Assim, e segundo Fortune referido por Machado (2006:3) “(...) *diferentes crenças acerca do problema podem interferir na conduta daqueles que estão directamente envolvidos nestas dinâmicas abusivas, bem como na postura dos profissionais chamados a intervir, influenciando as práticas institucionais e comunitárias.*” Esta situação é tanto mais importante quanto se sabe que as crenças podem ter um impacto muito significativo pois, por um lado, ajudam a definir as normas sociais vigentes nas comunidades e, por outro, a moldar o entendimento que as sociedades constroem acerca destas experiências de violência.

No que se prende com o fenómeno da violência nas relações juvenis, como Matos, Machado, Caridade e Silva (2006: 60), referindo-se a múltiplos estudos internacionais, consideram que existem indicadores de prevalência que “(...), *associados ao facto de sabermos que a violência no namoro é um importante predictor da violência conjugal reforçam a importância da prevenção em fases relacionais precoces.*”

Deste modo, é urgente adoptar medidas que procurem eliminar estereótipos de género e promovam uma cultura de igualdade de oportunidades e de cidadania nas nossas populações. A **educação pelos pares** assume-se, neste contexto, como uma estratégia que parece potencializar as intervenções de prevenção da violência entre os jovens, especificamente nas relações de intimidade.

Assim, o projecto dirige-se aos estudantes da ESEnfC e de Escolas do Ensino Superior e Secundário do Distrito de Coimbra e jovens em geral, preconizando:

- Promover valores de igualdade e de cidadania que diminuam a aceitação de uma cultura de violência;
- Sensibilizar os estudantes para o fenómeno da violência sobre as mulheres;
- Mobilizar os jovens pelo fim da violência de género;
- Reflectir sobre o impacto da violência de género nos direitos humanos e na saúde e bem-estar das vítimas e famílias;
- Desenvolver competências sociais no que se refere à igualdade e respeito nas relações interpessoais.

Todo o projecto está sustentado nas metodologias de Paulo Freire (1993) desenvolvendo o *empowerment*, a necessidade e as capacidades para analisar e reflectir sobre circunstâncias e constrangimentos que colocam a pessoa em situação de desigualdade de género e de oportunidades.

METODOLOGIA

Os participantes neste projecto foram seleccionados a partir de uma sensibilização efectuada, em sala de aula, a todos os estudantes do 3º ano do Curso de Licenciatura em Enfermagem (CLE) da ESEnf Coimbra. A sensibilização foi feita por diálogo informal onde se abordou: (1) o fenómeno, *violência sobre as mulheres*, no contexto actual na sociedade; (2) a actividade internacional e nacional neste domínio; (3) a importância crescente da intervenção dos profissionais de saúde, especificamente os enfermeiros, nesta problemática. Houve uma boa adesão à participação activa no projecto formalizada publicamente em que os estudantes assumiram compromisso da adopção de comportamentos não violentos e de não tolerância, à prática desses comportamentos, pelo outro.

Visto tratar-se de um projecto que integrava investigação em todo o seu desenvolvimento foi aplicada, no início da formação, a Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (ECVC – Machado, Matos e Gonçalves, 2006) para fazer uma caracterização inicial sobre a percepção dos sujeitos da amostra sobre o tema em estudo. Esta escala permite avaliar as crenças em relação à violência física e psicológica exercida no contexto de relações do tipo conjugal. É composta por 25 itens apresentados com uma escala de resposta de 5 pontos (desde 1 = discordo totalmente até 5 = concordo totalmente), sendo que o valor mínimo possível é de 25 pontos e o máximo de 125 pontos. Esta escala pode ser utilizada com a popu-



CONTEXTOS EDUCATIVOS ESCOLARES: FAMILIA, EDUCACIÓN Y DESARROLLO

lação adulta em geral. A pontuação total da escala mede o grau de tolerância/aceitação do sujeito quanto à violência conjugal (física ou emocional). A escala inclui quatro factores, a pontuação de cada um deles permite-nos perceber melhor o tipo de crenças específicas envolvidas nesta tolerância à violência.

Este grau de tolerância/aceitação face à violência conjugal será reavaliado na mesma amostra depois da participação num plano formativo. As temáticas abordadas na formação versam fundamentalmente estereótipos de género, promoção da auto-estima, assertividade, empowerment, direitos humanos e direitos das mulheres e construção de relações positivas. Por parte de todos os elementos constituintes do projecto, professores e estudantes, preconiza-se um envolvimento activo por intermédio de oficinas, fôcus grupo, teatro de intervenção (que inclui formação alargada sobre teatro do oprimido). Serão ainda convidados a participar elementos externos com formação e actividade (profissional ou não) ligada a este fenómeno.

AMOSTRA

Dos estudantes sensibilizados (3º ano do CLE), emergiu a amostra para o estudo (n= 28), constituída por todos os que se envolveram em todos os momentos do plano formativo que correspondia à primeira fase do projecto “**Formação de pares educadores da ESEnfC**”.

A caracterização da amostra (quadro 1) incluiu, idade, sexo, residência em período lectivo, residência anterior ao ingresso no curso e escolaridade dos pais.

A idade dos sujeitos varia entre os 20 e os 30 anos, sendo a média de 21,89 anos. Esta amostra é constituída por 18 estudantes do sexo feminino (64,3%) e 10 do masculino (35,7%), cuja proveniência é na sua maioria do distrito de Coimbra (53,6%). Em tempo lectivo os inquiridos residem maioritariamente em casa/apartamento/quarto individual alugado (60,7%) e apenas (28,6%) residem em casa dos pais. Relativamente à escolaridade dos pais, a maioria (Mãe = 67,9% e Pai = 57,1%) possui o Ensino Básico (1º, 2º e 3º Ciclos).

Quadro 1 – Distribuição da amostra de acordo com a idade, sexo, proveniência, residência em tempo lectivo, escolaridade da mãe e escolaridade do pai (n=28)

Variáveis	Categorias	n	%
<i>Idade</i>	20	8	28.6
	21	11	39.3
	22	1	3.6
	23	4	14.3
	> 23	4	14.4
	Total		28
<i>Sexo</i>	Feminino	18	64.3
	Masculino	10	35.7
	Total		28
<i>Proveniência</i>	Distrito Coimbra	15	53.6
	Funchal/ Ponta Delgada	2	7.1
	Outros distritos (Continente)	11	39.3
	Total		28
	Casa ou apartamento próprio/alugado	8	28.6
	Casa dos pais	8	28.6

**CRENÇAS SOBRE A VIOLÊNCIA CONJUGAL: A INFLUÊNCIA DE UM PLANO DE FORMAÇÃO NOS JOVENS**

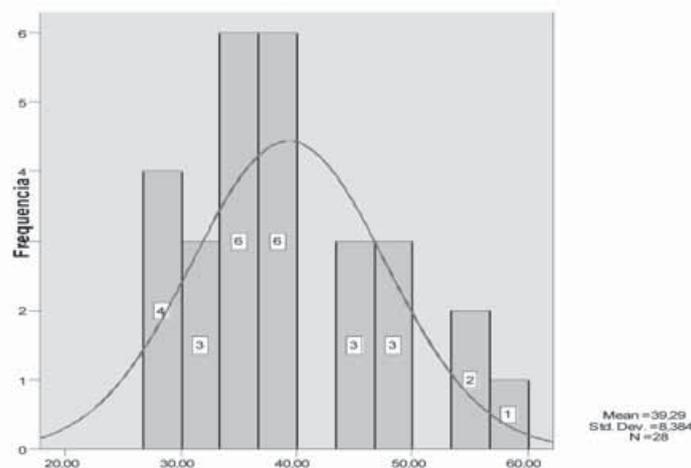
<i>Residência</i>	Quarto alugado	10	35.7
	Residência de estudantes	2	7.1
	Total	28	100.0
<i>Escolaridade da mãe</i>	1º Ciclo EB	7	25.0
	2º Ciclo EB	5	17.9
	3º Ciclo EB	7	25.0
	Secundário	5	17.9
	Bacharelato/Licenciatura	2	7.1
	Sem Escolaridade	1	3.6
	Total	27*	100.0
<i>Escolaridade do pai</i>	1º Ciclo EB	9	32.1
	2º Ciclo EB	4	14.3
	3º Ciclo EB	3	10.7
	Secundário	8	28.6
	Bacharelato/ Licenciatura	2	7.1
	Sem Escolaridade	1	3.6
	Total	27*	100.0

* Nestes casos n=27 por se tratar de apenas um progenitor.

Apresentação e análise dos resultados

Da aplicação da ECVC, a pontuação global obtida varia entre 29,00 e 58,00, sendo a média de 39,28 e o desvio padrão de 8,38, verificando-se assim que o grau de tolerância/aceitação dos estudantes quanto à violência conjugal é baixo (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Distribuição dos inquiridos segundo a pontuação global da ECVC



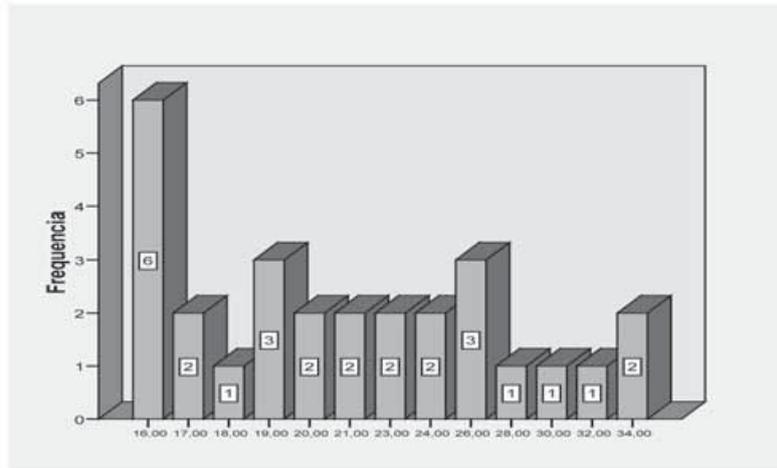
Tendo em conta este resultado, foram analisados os 4 factores incluídos na escala, no sentido de uma compreensão mais detalhada do tipo de crenças específicas envolvidas nesta tolerância à violência.



CONTEXTOS EDUCATIVOS ESCOLARES: FAMILIA, EDUCACIÓN Y DESARROLLO

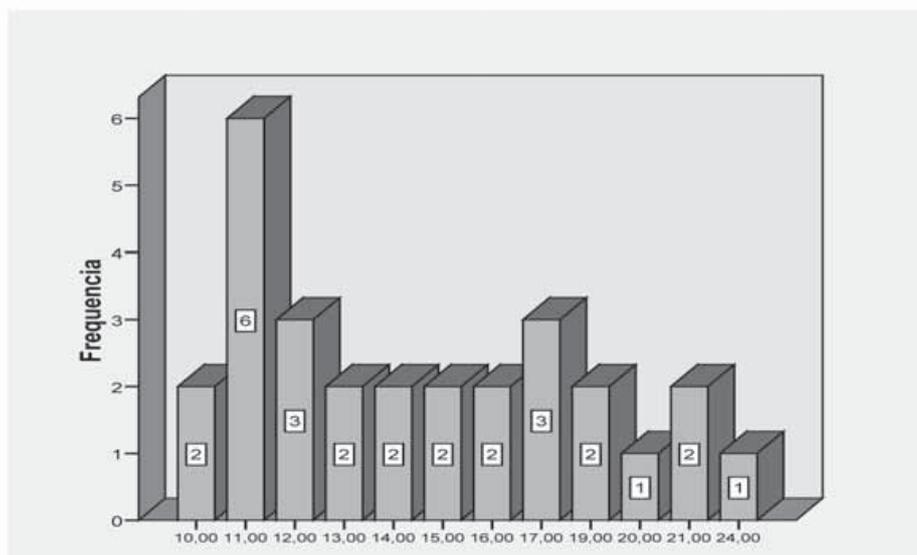
No que se refere ao factor Legitimação e Banalização da Pequena Violência (Gráfico 2), avalia um conjunto de crenças que a normalizam e banalizam (bofetadas, insultos, ...), a qual é considerada como comum, normal e pouco grave. Nesta amostra os sujeitos apresentam uma pontuação muito baixa (média 22,035 e desvio padrão 5,76), isto é, evidenciam uma baixa tolerância aos itens que caracterizam este factor.

Gráfico 2 – Distribuição dos estudantes segundo a pontuação obtida relativamente à “Legitimação e Banalização da Pequena Violência”



Relativamente ao factor 2, *Legitimação da Violência pela conduta da Mulher*, os resultados (média 14,75 e desvio padrão 3,87) indicam que comportamentos e atitudes da mulher como a falta aos deveres, a infidelidade, o ser *má esposa*, ... não é considerado legitimador de comportamentos violentos por parte do homem, isto é, independentemente da conduta da mulher, aqui avaliada, a violência não é legitimada por estes estudantes (gráfico 3).

Gráfico 3 - Distribuição dos estudantes segundo a pontuação obtida relativamente à “Legitimação da Violência pela conduta da Mulher”

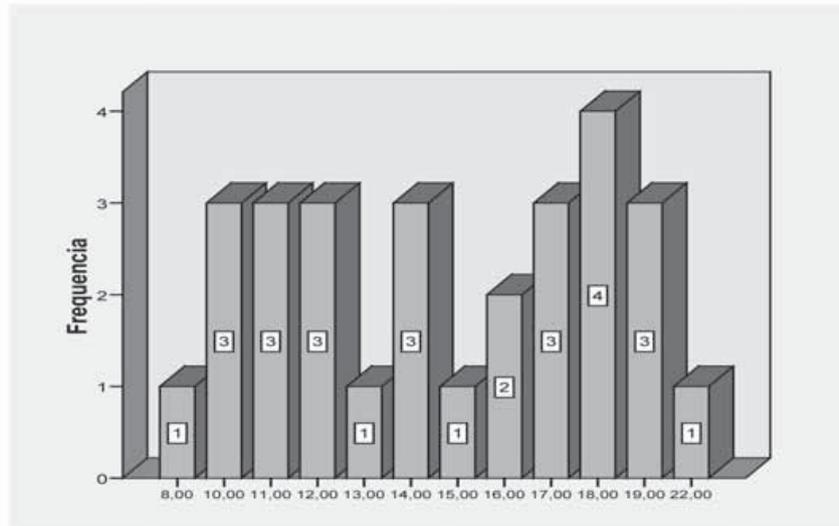




CRENÇAS SOBRE A VIOLÊNCIA CONJUGAL: A INFLUÊNCIA DE UM PLANO DE FORMAÇÃO NOS JOVENS

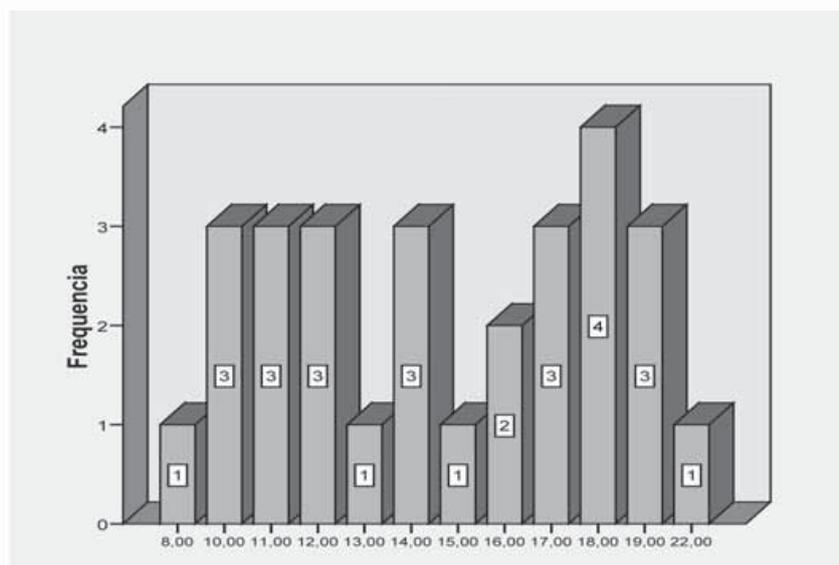
As pontuações obtidas no factor 3, *Legitimação da Violência pela sua atribuição a causas externas*, como o álcool, o desemprego, as drogas, problemas educacionais ou económicos ... em que a fonte de violência familiar pode estar localizada ou ser originada por um conjunto de condições externas ao comportamento do agressor, indiciam níveis baixos de legitimação por parte dos sujeitos da amostra. Não há desculpabilização do ofensor (média 14,67 e desvio padrão 3,60) por estes factores evidencia-se uma baixa tolerância.

Gráfico 4 - Distribuição dos estudantes segundo a pontuação obtida relativamente à “Legitimação da Violência pela sua atribuição a causas externas”



Da análise dos resultados relativos ao factor 4, *Legitimação da Violência pela preservação da privacidade familiar*, verifica-se que a média das pontuações obtidas é baixa (média 10,35 e desvio padrão 2,45) o que, na amostra em estudo, não legitima a violência, aqui justificada pelo conceito de privacidade e pela necessidade de preservar as famílias das intromissões exteriores. (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Distribuição dos estudantes segundo a pontuação obtida relativamente à “Legitimação da Violência pela preservação da privacidade familiar”





CONTEXTOS EDUCATIVOS ESCOLARES: FAMILIA, EDUCACIÓN Y DESARROLLO

Assim, globalmente poder-se-á dizer que entre o grupo de estudantes e, antes de iniciar o programa de formação, o grau de legitimação, justificação e/ou minimização da violência física e/ou psicológica exercida no ambiente de uma relação conjugal é baixo em qualquer um dos factores revelados na escala de crenças (ECVC, 2006).

CONCLUSÕES

Pelos resultados obtidos os estudantes que constituem a amostra deste estudo apresentam globalmente e factorialmente um baixo nível de concordância com as crenças legitimadoras da violência. Entre os estudantes do sexo feminino e masculino não se verificam diferenças significativas nem no que se prende com o nível global de legitimação da violência nem em cada um dos quatro factores analisados, o que está em desacordo com os resultados obtidos no estudo desenvolvido por Matos, Moreira, Caridade e Silva (2006), em jovens a frequentar o ensino secundário, onde identificaram serem mais legitimadores de práticas de violência, os sujeitos do sexo masculino.

Também o baixo nível global de concordância, com as crenças legitimadoras da violência, está de acordo com os resultados de estudo realizado em 2003 por Machado, Matos e Moreira, em estudantes universitários, contudo aqui verificavam-se diferenças significativas na análise por sexos tanto global como em cada um dos factores. Pensamos que este facto poderá ser explicado pelo percurso e área de formação académica que os sujeitos em investigação já desenvolveram, contudo este será um ponto a aprofundar no decurso deste projecto.

Sem a possibilidade de podermos comparar ou perceber a evolução destes dados e nesta amostra questionamo-nos sobre o efeito:

- da prévia sensibilidade que estes estudantes terão para esta temática;
- da formação que indirectamente o curriculum lhes trouxe para a construção da sua atitude face ao tema construindo ou desconstruindo crenças neste domínio; estas interrogações são de algum modo reforçadas quando analisamos os resultados a que chegaram Machado, Matos e Moreira (2003) que identificaram diferenças significativas entre os estudantes dos primeiros e últimos anos dos cursos de licenciatura que frequentavam, evidenciando-se uma diminuição da legitimação da violência ao longo do percurso de formação.

Por outro lado, atendendo à área de formação académica em que se encontram, estes estudantes, e à sua idade equacionamos a possibilidade de já possuírem um conceito bem estruturado daquilo que é socialmente correcto, aceitável e/ou incorrecto o que poderá não ser predictor de comportamentos congruentes com estes conceitos. De acordo com estas interrogações considerámos pertinente tentar alargar esta investigação recorrendo a outras técnicas que nos irão permitir avaliar se estas atitudes têm reflexos nos seus comportamentos.

Temos a expectativa de identificar, também à semelhança dos estudos já referidos, se esta formação será influente, na modificação em direcção a uma menor tolerância das crenças relativas à violência nas relações de intimidade. O facto de se tratar de um processo formativo longo, com várias sessões, englobando várias temáticas e sempre sustentado em metodologias concebidas e implementadas com a participação activa dos formandos permite-nos pensar em resultados muito positivos.

Sendo esta ainda uma fase inicial de desenvolvimento deste estudo tivemos apenas como pretensão apresentar os resultados da primeira avaliação das atitudes do grupo de estudantes, pela identificação do grau de tolerância/legitimação em relação à violência contra parceiros íntimos bem como as possibilidades de aprofundamento em termos de investigação.

**CRENÇAS SOBRE A VIOLÊNCIA CONJUGAL: A INFLUÊNCIA DE UM PLANO DE FORMAÇÃO NOS JOVENS**

BIBLIOGRAFIA:

- BECKER, D. et al (2005). An innovative geographical approach: health promotion and empowerment in a context of extreme urban poverty. *Promotion & Education: Suppl 3*. 48-52.
- CAMPBELL, C. & MACPHAIL, C. (2002). Peer education, gender and the development of critical consciousness: participatory HIV prevention by South African youth. *Social Science & Medicine*: 55(2). 331-345.
- CARIDADE, S; MACHADO, C. (2006). Violência na intimidade juvenil: Da vitimação à perpetração. *Análise Psicológica*: 4(XXIV). 485-493
- Conselho da Europa (2002). Recomendação. Rec (2002)5 do Comité de Ministros aos Estados Membros sobre a Protecção das Mulheres contra a Violência.
- DELP, L.; BROWN, M. & DOMENZAIN, A. (2005). Fostering youth leadership to address workplace and community environmental health issues: a university-school community partnership. *Health Promotion Practice*: 6(3). 270-285.
- DIAS, S. F. (2006). Educação pelos pares: Uma estratégia na promoção da saúde. Lisboa: Instituto de Higiene e Medicina tropical, Universidade Nova de Lisboa.
- Family Health International (2003). Peer-to-Peer HIV & AIDS Peer Educators Trainers' Guide for IMPACT. Implementing Agencies in Nigeria: FHI/ Nigeria IMPACT Project.
- FREIRE, P. (1993). Education for critical consciousness. New York: Continuum.
- HARDEN, A., OAKLEY, A. & OLIVER, S. (2001). Peer-delivered health promotion for young people: a systematic review of different study designs. *Health Education Journal*: 60. 339-353.
- HEISE, L.; PINTAGUY, J. & GERMAIN, A. (1994). Violência contra la mujer: La carga oculta. Washington: Organización Panamericana de La Saúde. Programa Mujer, Saúde e Desarrollo.
- MACHADO, C; MATOS, M & GONÇALVES, M. (2008). Manual da escala de crenças sobre violência conjugal (E.C.V.C.) e do inventário de violência conjugal (I.V.C.). (2ª ed). Braga : Psiquilibrios.
- MACHADO, C; MATOS, M; MOREIRA, A. (2003). Violência nas relações amorosas: Comportamentos e atitudes na população universitária. *Psychologica*: 33. 69-83.
- MATOS, M; MACHADO, C; CARIDADE, S; SILVA, M. (2006). Prevenção da violência nas relações de namoro: Intervenção com jovens em contexto escolar. *Psicologia: Teoria e Prática*: 8(1), 55-95
- OMS. (2002). Rapport mondial sur la violence et la santé. Genève: Organisation Mondiale de la Santé.
- OMS (2005). Relatório Mundial de Saúde 2005: Para que todas as mães e crianças contem. Genebra: OMS.
- Population Council Horizons Project (1999). Peer Education and HIV/AIDS: Past Experiences, Future Directions. Washington, DC: Population Council Horizons Project.
- Portugal, Conselho de Ministros (2003). II Plano Nacional contra a Violência Doméstica. RCM nº 88/03, de 13 de Maio.
- Portugal, Conselho de Ministros (2007). III Plano Nacional contra a Violência Doméstica. RCM nº 83/07, de 22 de Junho.
- Save the Children. (2004). Uma educação pelos pares eficaz: Trabalhar sobre a saúde sexual e reprodutiva e o HIV/SIDA com crianças e jovens. Em linha 10-03-2004 http://www.savethechildren.org.uk/scuk_cache/scuk/cache/cmsattach/1763_PEPortSection1.pdf
- TURNER, G. & SHEPHERD, J. (1999). A method in search of a theory: peer education and health promotion. *Health Education Research*: 14(2). 235-247.
- UNFPA (2005). The case for investing in young people. New York: United Nations Population Fund.
- UNICEF (2002). Adolescence: A time that matters. Geneva: UNICEF.
- United Nations (2005). Youth at the United Nations: World Youth Report. Em linha a 20-11-05, <http://www.un.org/esa/socdev/unyin/wyr05.htm>

Fecha de recepción: 28 febrero 2009

Fecha de admisión: 19 marzo 2009